

A IMPRENSA PERNAMBUCANA NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA

Arthur Ferreira Reis

UFES

arthurfr23@gmail.com

O processo de independência do Brasil foi o resultado da convergência de uma série de interesses e projetos distintos. Essa convergência teria sido possível graças a uma polarização entre os “defensores do Brasil” e as Cortes portuguesas, que de símbolo de vitória do liberalismo no Império Luso-Brasileiro, se transformou gradualmente em sinônimo de ataque às liberdades do Brasil e retorno ao antigo despotismo colonial.

Esse estado de conflito com as Cortes não ocorreu de forma instantânea. Ela foi resultado de um longo processo de discordância e dissensões entre as elites brasileiras e portuguesas, que teve seu ponto mais marcante no episódio do Fico. A partir de então, a defesa da permanência príncipe, dos tribunais superiores e da existência de uma delegação do poder executivo no Brasil, diversas províncias brasileiras lideradas pelas do Centro-Sul se aglutinaram em torno do projeto pedrino.

A pesquisa aqui desenvolvida busca analisar como os jornais pernambucanos do processo de independência se fizeram presentes nos debates acerca desse processo. Se atendo aos limites dessa pesquisa, esse trabalho se limita aos jornais de menor circulação: *Aurora Pernambucana*, *Relator Verdadeiro*, *Segarrega*, *Marimbondo*, *Gazeta Peranmbucana*, *Escudo da Liberdade* e *O Liberal*.

A escolha dos periódicos acima citados e a consequente exclusão da *Sentinela da Liberdade* de Cipriano Barata e *O Conciliador Nacional* de Lopes Gama se deu por dois motivos. O primeiro já informado acima se deu pelos limites de um trabalho nesses recortes se eles forem somados aos periódicos já analisados. O segundo tem caráter histórico, pois sendo o *Sentinela* e o *Conciliador* os dois maiores periódicos pernambucanos do período, sendo talvez alcançados em tamanho e circularidade apenas

pela *Segarrega*, achamos importante e talvez uma lacuna historiográfica uma análise que tenha como foco esses periódicos de menor circulação, já que o *Sentinela* (MOREL, 1986) *Conciliador* (FELDMAN, 2012) já foram objetos de pesquisas. A análise desses periódicos pode nos auxiliar em compreender o que ocorria no *background* da imprensa pernambucana, o que estava sendo discutido para além dos grandes jornais e nos revelar aspectos da opinião pública que podem passar despercebidos.

Feita essa introdução à pesquisa aqui apresentada, destacamos em primeiro lugar a biografia coletiva dos jornalistas pernambucanos, incluídos nesse ponto Cipriano Barata e Lopes Gama. Contando com dez redatores, conseguimos descobrir informações biográficas sobre todos. Se compararmos tais informações com outras elites intelectuais e políticas do Império, podemos perceber como a imprensa pernambucana do processo de independência tem características ímpares.

Como podemos ver no Quadro 1, dos dez redatores, apenas um, e justamente Cipriano Barata, estudou em Coimbra, nenhum se formou em Direito, três exerceram cargos públicos, seis vieram a ter cargos políticos e dois receberam algum tipo de honra. A idade média dos jornalistas quando ocorreu a independência do Brasil era trinta e sete anos, e quatro, quase metade, eram padres.

A singularidade desse grupo quando comparado com outros nos dá a dimensão da importância de uma análise detalhada do que estava sendo aventado por esses jornais. A pouca quantidade de jornalistas com curso superior e levando em conta o trabalho de José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 2003) onde é destacado a importância de Coimbra na formação dos políticos brasileiros, nos leva a seguinte pergunta: existiu maior pluralidade de projetos, especialmente os de cunho mais radical, ou os redatores, mesmo não se formando em Coimbra, mantiveram o discurso de ordem e manutenção da estrutura social?

Também achamos a imprensa pernambucana um espaço privilegiado por estar localizada fora do eixo do centro-sul e por ser tratada por parte da historiografia como uma província afastada e portadora de projetos distintos e rivais dos do Rio de Janeiro, tendo inclusive participado de “outra independência” (MELLO, 1992). Isso nos leva ao seguinte questionamento: os jornais pernambucanos enxergavam Pernambuco fazendo parte de

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

outro tempo histórico, de outra dinâmica política ou reconheciam Pernambuco como parte da luta do centro-sul contra as medidas das Cortes?

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

QUADRO 1

	Redatores pernambucanos (1820-1824)	Redatores (1820-1824)	Deputados da Constituinte de 1823	Redatores de periódicos e panfletos de 1808-1823	Grupo exaltado	Grupo moderado	Senadores (1822-1831)	Ministros (1822-1831)	Senadores do Império	Ministros do império
FORMAÇÃO SUPERIOR	10%	25%	47%	31%	77,77%	90%	81,8%	86%	76,1%	91,3%
FORMAÇÃO EM COIMBRA	10%	22%	43,8%	29,3%	7,6%	44,4%	-	71,8%	-	28,5%
FORMAÇÃO EM DIREITO	0%	16%	31%	24,1%	14,2%	33,3%	61%	51,2%	-	72,5%
CARGOS PÚBLICOS	30%	46%	26,9%	27,5%	80%	36%	53,3%	46,4%	44,7%	36,4%
CARGO POLÍTICO	60%	47%	-	29,3%	30%	81%	-	-	-	-

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

HONRAS CONCEDIDAS	20%	31%	61,7%	72,4%	-	-	-	-	-	-
----------------------	------------	-----	-------	-------	---	---	---	---	---	---

A partir dessas perguntas iniciamos a leitura dos periódicos de forma linear, tendo como objetivo entender como eles se inseriram no decorrer dos acontecimentos locais e nacionais.

O primeiro periódico pernambucano foi a *Aurora Pernambucana*, criada em 1821 sob os auspícios de Luís do Rego e impresso, por ironia do destino, na mesma tipografia utilizada pelos revoltosos de 1817. Ele era escrito por Rodrigo da Fonseca Magalhães, genro de Luís do Rego e participante da Conspiração de Gomes Freire.

Depois das medidas tomadas no congresso de 3 do corrente, quis o Excelentíssimo Senhor Governador e Capitão General, que por meio de um periódico se instruisse o público de tudo quanto se fizera a favor da causa do Rei e da Nação; predispondo todos os povos do Brasil a abraçarem as novas instituições, que a Augusta Assembleia Nacional está formando em Lisboa, para estabelecer nossa liberdade política; e assegurando sobre inabaláveis fundamentos os Direitos da Majestade, e os Direitos da Nação¹ (*Aurora Pernambucana*, n.1).

Assim como em outras províncias do Brasil, como a Bahia e o Maranhão, os primeiros jornais criados a partir da Revolução do Porto tiveram relação muito próxima com o governo. Isso mostra como os governos não só incentivaram como reconheciam o papel ilustrador e importante que a opinião pública estava ganhando nesse novo momento pelo qual o Império adentrava.

Os assuntos discutidos inicialmente no *Aurora* baseavam-se em descrever as adesões à Revolução do Porto, louvar o imperador e proclamar a fidelidade ao “rei, religião e cortes”. A defesa do governador em uma província hostil à sua pessoa também era frequente, contando para isso com correspondências, artigos de ofício e reflexões do próprio redator.

Sobressai também algo que estará presente nos outros jornais, as notícias internacionais. Por meio de informações sobre as revoluções liberais da Espanha, Nápoles e a revolução grega, o jornalista buscava criar uma identidade liberal que transcendesse o Império Luso-Brasileiro. Era uma identidade imaginada que rompia fronteiras e incluía os

¹ A escrita dos jornais foi atualizada para melhor compreensão.

pernambucanos em um movimento internacional de adesão às ideias e à política do novo tempo.

No dia 8 de dezembro de 1821 surge o segundo periódico pernambucano, a *Segarrega*. Criada após a partida de Luís do Rego em decorrência do conflito entre a Junta Goiana e o Governador Provisório, o periódico era escrito por Felipe Mena Calado, um participante da revolta de 1817 e entusiasta da nova junta.

Prometo ser fiel a palavra. Referir acontecimentos, é a principal tarefa da *Segarrega*, que tão bem acolhe a Correspondência noticiosa, e oficiosa. Porém quando os canais sejam variados uma folha, um documento com a autenticidade admitida sanara a honra da *Segarrega*. (SEGARREGA, n.1)

Em seu primeiro número o periódico fez uma carta de intenções. Dizia respeitar a constituição, o rei e as cortes, escrever prezando a ordem e a ilustração e ter como objetivo ilustrar a opinião pública. Tais cartas faziam-se presente em quase todos os jornais criados em uma segunda leva no Brasil, que teria ocorrido após novembro de 1821. A discussão política e as desavenças que os primeiros periódicos haviam passado tornou necessária essas cartas para que, ao mesmo tempo em que se apresentasse ao público, o jornalista granjeasse alguma credibilidade e isenção.

Escrito por um ex-revolucionário, o periódico adotou desde seu início uma postura agressiva com Luís do Rego e seus apoiadores. Essa postura acabou refletindo também em sua relação com as Cortes de Lisboa, pois algumas medidas por elas tomadas fizeram com que o jornalista passasse a ver com desconfiança seus intencões. Diante dessas medidas agia de forma até ameaçadora, afirmando que para conservar o equilíbrio entre a mãe pátria e a província, as Cortes deviam “recuar algum tanto nas medidas tomaram a nosso respeito, mais por um ato de receio do que por uma confiança generosa” (SEGARREGA, n.3).

Existiu também uma rivalidade com o periódico baiano *Semanário Cívico*. O *Semanário* publicava diversas vezes notícias sobre Pernambuco acusando os pernambucanos de agirem de forma desordeira e acusava a Junta de Goiânia de ser liderada pelos republicanos de 1817 e promover a anarquia. Defendia Luís do Rego o que acendia o furor do redator da *Segarrega* que devolvia com a mesma moeda: a província da Bahia,

na visão de Felipe, era dividida em partidos e a junta era despótica, sendo apoiada por periódicos como o *Idade D'Ouro* e *Semanário*.

Essa posição quanto aos baianos, principalmente o *Semanário*, foi algo comum nos jornais escritos no Rio de Janeiro e em Pernambuco. A defesa irreduzível que este periódico fazia às medidas tomadas pelas Cortes e a resistência da Bahia contra o príncipe causou um distanciamento deste periódico e dessa província do restante do Brasil, fazendo com que os baianos fossem tratados como irmãos a serem salvos do despotismo de Madeira, enquanto os portugueses defensores das Cortes naquela província fossem os grandes inimigos da união da família brasileira.

Também no final de 1821 passou a circular o *Relator Verdadeiro*, escrito pelo futuro deputado Francisco Ferreira Barreto. Este periódico tinha uma relação ainda mais próxima da então junta de governo, e afirmava que essa junta

trabalhava com um Patriotismo raras vezes visto (...) que tanto honra os esforços dos povos desta Província para sacudir o julgo de déspota, que a oprimia por todas as formulas inventadas pela maldade para estrago da humanidade (RELATOR VERDADEIRO, n.6).

Além dos discursos, sua ligação com a junta se reflete na enorme quantidade de proclamações e ofícios de tal junta e pedidos de ordem para os pernambucanos.

Em julho e setembro de 1822 surgiram os periódicos *Marimbondo e Gazeta Pernambucana*, respectivamente. O primeiro foi escrito pelo padre e ex-revolucionário de 1817 José Marinho Falcão Padilha, e o segundo teve como redatores o padre Venâncio de Resende, Cipriano Barata e o futuro presidente da província de Alagoas Manuel Clemente Cavalcante de Albuquerque, um dos jornalistas mais novos do primeiro momento da imprensa brasileira, apenas 24 anos quando escreveu seu jornal.

O *Marimbondo* veio à luz em um momento de constante enfrentamento entre as Cortes e a elite política ligada à causa brasileira. O periódico exerceu inicialmente uma posição de defesa das decisões tomadas pelo príncipe, tendo como uma das principais bandeiras a constituinte no Brasil. Dizia ele

redigir um periódico em defesa dos nossos direitos: tarefa impossível ao maribondo; mas que há de conseguir esse talismã, que tem feito racionais

papagaios, periquitos e macacos. Se os maribondos são maus, é porque se intenta arruinar o que é deles, é porque a justiça ultrajada vela em todos os corações (Marimbondo, n.1).

É importante destacar a referência que o jornalista fazia a dois periódicos fluminenses surgidos um pouco antes, *O Papagaio*, *O Macaco Brasileiro* e aos panfletos *O Periquito da Serra dos Orgãos*. Refletia conhecimento do que estava circulando no Rio de Janeiro e também uma ligação com esses impressos.

A defesa da constituinte no Brasil feita pelo periódico também contribuiu com a construção de uma embrionária identidade brasileira, construída nesse momento mais em oposição aos portugueses e às Cortes do que como uma nação una e indivisível. Reconhecia o periódico, através de notícias e reflexões, o conflito de interesses entre Brasil e Portugal e a necessidade de uma Constituinte brasileira como último esforço de se manter a união já por demais abalada.

Também demonstrava um orgulho da Revolução Pernambucana de 1817 ao afirmar que não foram os portugueses os primeiros liberais do Império, mas sim os pernambucanos. Seriam esses revolucionários os “pais do liberalismo em Pernambuco”, aos quais o periódico dava o título de heróis.

Defendia a monarquia constituinte, mas afirmava que toda a forma de governo era boa e a melhor é aquela que se adequa melhor às circunstâncias do local.

No decorrer dos debates nas Cortes passa a publicar cartas de deputados brasileiros onde expunham que corriam risco de vida por suas opiniões e que as Cortes ameaçavam Pernambuco com o retorno de Luís do Rego. Louvava também a adesão de Pernambuco a “causa do Sul”

Caros Compatriotas! A nossa inteira felicidade estava pendente ainda de uma solene declaração em prol da Liberdade Brasileira pelos respeitáveis Anciões que nos governam. O amor que lhes tributa o Povo desta Província, assim o demandava. Eles o tem declarado. Eles já são todos fluminenses! (Marimbondo, n. 4)

A felicidade, entretanto, não perdurou. O redator ficou horrorizado ao descobrir que a junta pernambucana, mesmo tendo jurado com o apoio da opinião pública fidelidade ao

príncipe, pensava agora em desfazer esse juramento. Questionava quem era o governo municipal para julgar novamente a união com as províncias do Sul se Pernambuco já até havia enviado seus deputados, e dizia que a constituinte brasileira foi resultado da campanha da opinião pública, não do príncipe.

A constituinte brasileira se fazia necessária, segundo o redator, por ser a única forma de assegurar a união do Império Luso-Brasileiro, pois enquanto os brasileiros e o príncipe lutavam pela união, as Cortes tudo desfiguravam e pareciam querer a separação. A defesa da causa brasileira devia se dar, dessa forma, por meio da defesa do príncipe e da constituinte brasileira, e se necessário ir “As armas Pernambucanos! Brasileiros, as Armas!” (MARIMBONDO, n.5).

A oposição que o redator fez a Junta Provincial quando essa pensou em repensar a adesão ao projeto da constituinte brasileira não parece ter caído muito bem. Após ficar quase um mês sem publicar, no quinto número do seu periódico informava que

Em uma província onde as armas têm o Império da Lei, e onde se procura sustentar partidos a custo do sangue de seus conterrâneos, não é possível que se possa escrever com liberdade, e por isso participamos ao Público ser o derradeiro número do nosso periódico (MARIMBONDO, n.5)

A *Gazeta Pernambucana* teve trajetória mais simples. Com claros objetivos comerciais, o periódico quase sempre se resumiu a noticiar o que ocorria no Rio de Janeiro, fazer anúncios e poucas vezes fazer reflexões políticas.

Inicialmente preocupado com questões discutidas em Lisboa, no dia 22 de outubro chegou a notícia da independência, tomando quase todo o espaço da edição. Proclamações, ofícios e todo tipo de cartas oficiais foram expostas de forma a confirmar a independência do Brasil.

Em meados de 1823 surgiu o periódico *Escudo da Liberdade*, o qual infelizmente só analisamos um suplemento. Ele, supostamente, foi redigido pelos futuros deputados João Mendes Viana e Francisco Agostinho Gomes. Podemos notar no suplemento uma sólida defesa do já Imperador D. Pedro I, sendo ele o responsável por derrubar o despotismo ao declarar a independência guiado pela opinião pública, e afirmação de que a queda dos andradas e seu ministério despótico havia causado animação dos pernambucanos.

Viu-se nesta crise verificado o importante princípio que o Poder do Monarca é mui diverso do Poder Executivo; porque não concorde com ele, desaprovou seus procedimentos, reunindo-se à vontade da Nação, pugnando pelos seus direitos, dando-lhe a devida satisfação, a salvou do abismo de males a que Inconsiderado Ministério precipitava (ESCUDO DA LIBERDADE, n.3)

Seria esse um prenúncio da defesa do Poder Moderador? Infelizmente não conseguimos concluir isso apenas com o suplemento.

O último periódico analisado nessa pesquisa é *O Liberal*, publicado em fevereiro de 1824. Escrito por João Baptista da Fonseca, ex-revolucionário de 1817, tinha linguagem agressiva e um tanto quanto radical. Criticava duramente a dissolução da constituinte, afirmando que o Imperador havia sido iludido por “Vândalos aventureiros e expatriados” (LIBERAL, n.19), o que veio a causar indignação no povo.

Na Bahia, resgatando o já tradicional conflito entre Bahia e Pernambuco, dizia ter ali um presidente degenerado que quer promover a desgraça da sua pátria sendo apoiado por todos os funcionários públicos, senhores de engenho e tudo quanto é fidalgo. Disso resulta em um ódio do redator contra todo o tipo de fidalgo e aristocrata, uma “raça degenerada” que se acha superior a todos os outros sem ser nada mais que ninguém. Criticava D. Pedro por continuar a tarefa de seu pai ao dar títulos nobiliárquicos e defende que os fidalgos deviam ser sufocados no berço.

Por fim, afirmava que os baianos estavam sendo massacrados por esses fidalgos e que se eles não se libertassem sozinhos, mais uma vez os pernambucanos pegariam em armas para os defender. Dizia que os Pernambucanos estavam “afiando as cortantes espadas para vos irem de novo salvar das garras do Despotismo, de opressões, que eles não querem ver seus irmãos sofrerem” (LIBERAL, n.22).

As espadas afiadas, todavia, não se direcionaram à Bahia, mas sim contra o próprio príncipe que outrora Pernambuco ajudou a colocar no trono.

Considerações finais

Reconhecendo seus limites, essa pesquisa busca refletir sobre alguns pontos da historiografia do processo de independência através de jornais de menor circulação de Pernambuco. Dessa reflexão podemos tirar quatro pontos finais.

O primeiro diz respeito à multiplicidade de projetos políticos que circularam nos periódicos pernambucanos. Certamente a falta de formação superior em grande parte dos jornalistas fez com que surgissem ali simpatias pelas repúblicas, mesmo que negadas graças às “circunstâncias” do povo. Mas também destacamos que existia uma preocupação geral com a ordem social e a necessidade de um centro no país, seja para dali partir decisões, seja para rivalizar com as Cortes de Lisboa. Dos jornais aqui analisados, não transparece de forma clara um projeto de governo federalista.

Sobressai também a importância da Revolução de 1817, já que foi uma experiência vivenciada por toda a província, o que foi reforçado pelo fato de três redatores estarem diretamente implicados no movimento. Disso resultou um forte ressentimento de Luís do Rego, orgulho do “primeiro movimento liberal” do Brasil e propostas de pegar em armas para se defender das medidas das Cortes, caso necessário. O fato de já terem feito isso uma vez, quando se sentiram agredidos pela Corte no Rio de Janeiro, de certo tornou mais fácil fazerem uma segunda vez, como realmente o fizeram na Confederação do Equador em 1824.

Achamos importante destacar também o prestígio que a imprensa propiciou aos redatores, pois dos dez analisados seis exerceram algum cargo político durante suas vidas. A elite intelectual representada nesta tese pelos redatores alcançou amplo sucesso em se tornar conhecida na política brasileira, pois é composta pelos primeiros a romper com o histórico silêncio da opinião pública, chegando muitas vezes a desafiar o poder estabelecido. Isso claramente dava aos redatores magnetismo simbólico, representação de conhecimento e ilustração, além da popularização de seus nomes. Os redatores formaram, assim, agrupamento especial dentro do Primeiro Reinado e, por isso, muitos adentraram a elite política. Consideramos, por conseguinte, necessário questionar a ideia de que os impressos foram “fórum alternativo para a tribuna” no Primeiro Reinado por dois motivos. Primeiro, a elite política ainda estava em formação. Segundo, existiu na imprensa uma maior variedade de projetos que iam desde o constitucionalismo, exposto em grande parte dos jornais, até a defesa de uma república ou de um país federalista, o que não encontrava espaço na tribuna.

Por fim, achamos necessário problematizar a afirmação de que Pernambuco passou por uma outra independência. Achamos, pelo contrário, que os jornais de Pernambuco exerceram papel importante na defesa do Fico, da Constituinte Brasileira e na crítica às medidas das Cortes. Viviam um mesmo tempo histórico (KOSELLECK, 2006), compartilhavam algumas experiências e projetavam expectativas semelhantes, mesmo que com algumas singularidades típicas da localidade.

Dessa forma, achamos que ao se distanciar dos jornais mais badalados como o *Sentinela* e o *Conciliador Nacional*, é possível perceber que existia em Pernambuco mais projetos políticos do que o federalismo, típico, segundo Renato Lopes Leite (2000), daquela província. Percebemos também que esses periódicos estavam atentos ao que se discutia no restante do Brasil, defendendo as causas brasileiras e, de certo, fazendo parte da mesma independência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aurora Pernambucana. Pernambuco: Oficina do Trem de Pernambuco, 1821.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem - Teatro das Sombras.** São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

Escudo da Liberdade do Brasil. Pernambuco: Tipografia Cavalcante e Companhia, 1823.

FELDMAN, Ariel. **Espaço público e formação do estado nacional brasileiro: a atuação política do Padre Carapuço (1822 a 1852).** 2012. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Gazeta Pernambucana. Pernambuco: Tipografia Nacional, 1822.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado.** Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2006.

LEITE, Renato Lopes. **Republicanos e Libertários.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Marimbondo. Pernambuco: Tipografia Nacional, 1822.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A Outra Independência.** São Paulo: Editora 34, 1992.

MOREL, Marco. **Cipriano Barata.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

O Liberal. Pernambuco: Tipografia de Miranda, 1824.

Relator Verdadeiro. Pernambuco: Oficina do Trem de Pernambuco, 1821.

Segarrega. Pernambuco: Oficina do Trem de Pernambuco, 1821.